

Estratégias de vida: histórias de mulheres escravas na cidade do Crato (Ceará) na segunda metade do século XIX

Antonia Márcia Nogueira Pedroza

Mestranda PPGH/UFRN

Propomo-nos, neste artigo refletir sobre as mulheres escravas na cidade do Crato na segunda metade do século XIX, explorando alguns exemplos de mulheres do Crato. Objetivamos compreender o mundo do trabalho dessas mulheres escravas, assim como sua vivência familiar e suas estratégias de liberdade, levando em conta suas histórias, tensões cotidianas, seus conflitos, espaços de atuação, possibilidades de identificações, alianças e pactos entre os indivíduos. Em uma abordagem que se insere no campo da história social das mulheres, essas mulheres são tomadas como sujeito de suas histórias, as quais lutam pela liberdade, enfrentando valores senhoriais e patriarcalistas em uma sociedade escravocrata. Nossa estratégia de trabalho, a indiciária, está fundamentada na micro-história italiana. A partir das nossas fontes: inventários post-mortem, processos cíveis e textos do jornal “O Araripe”, deparamo-nos com pequenos indícios, por meio dos quais urdimos a história de nossas personagens.

Palavras Chave: Mulheres, escravidão, liberdade.

INTRODUÇÃO

Este artigo se propõe a realizar um trabalho que está inserido no campo da história social das mulheres escravas. Neste estudo procuraremos levar em conta o mundo das mulheres, atravessado por tensões, conflitos, tramas familiares, possibilidades de identificações, alianças e pactos entre os indivíduos, na cidade do Crato^a na segunda metade do século XIX. Refletir sobre as histórias das mulheres escravas nos remete para um mundo de possibilidades. Consideramos um mundo entrelaçado pelas tramas dos seus amores, pelas negociações de seus relacionamentos, fossem eles consensuais ou oficiais. Pensamos nas suas lutas pela liberdade, possíveis fugas, castigos, e nas suas astúcias para evitar os castigos, ou realizar suas vontades. Percebemos os laços de amizade e as tensões que conseguimos distinguir nas relações de trabalho.

Suas histórias são tecidas pelos sentimentos de lamentações e revoltas, tecidas por suas dores, prazeres, alegrias, tristezas, sofrimentos, e as incertezas que compõem suas vidas, mas, principalmente, pelas incertezas que compõem as vidas das mulheres na condição de escravas. Na tentativa de reconstituir pedaços de suas histórias, rastreamos cada pista, possível nas fontes. Deparamo-nos com algumas dessas

^a A cidade do Crato está situada na micro-região do Vale do Cariri. Foi no outubro de 1853, pela lei provincial nº 628, que o Crato passara a categoria de cidade, até então, detinha o estatuto de vila desde o ano de 1764. Sua fundação está diretamente relacionada a um aldeamento de índios Kariris, ainda na primeira metade do século XVIII.

mulheres. Seus nomes eram Rita, Maria, Andreza e Theresa. Acompanhamos, em grandes traços, suas vidas e, às vezes, de seus parentes. Recorremos ao jornal cratense “O Araripe”, publicado como semanário durante uma década (1855/65), que está sob a guarda da Biblioteca Pública Meneses Pimentel (Fortaleza/Ce). Nele, pode estar registrado alguma tentativa de fuga de uma dessas escravas, um anúncio de sua venda encomendado por seu proprietário, um anúncio de um crime de que ela pode ser suspeita, ou registros de lutas pela liberdade, como a denúncia de seu cativeiro ilegal.

O trabalho ainda não foi concluído. É preciso procurar pistas dessas mulheres escravas nos processos civis, acervo do Centro de Documentação do Cariri (CDOC), localizado na Universidade Regional do Cariri na cidade de Crato/Ce. No mesmo acervo, rastreamos os inventários *post-mortem*. As informações trazidas nestes documentos têm sido relevantes na reconstituição das histórias dessas escravas. Rastreamos as nossas personagens escravas e suas famílias, listadas nos bens inventariados de seu proprietário. Na partilha dos bens, é possível conhecer quem herdou os bens do inventariado e, assim, saber quem herdou cada membro da família escrava, se houve separação ou não da família com a morte do proprietário, ou de sua esposa. Podemos inclusive saber quanto valia, em réis, no mercado de escravos a nossa personagem (Rita, Andreza, ou Theresa). Podemos identificar quanto custava cada um de seus filhos ou, ainda, os valores pagos pelos proprietários de seu companheiro, ou mesmo de sua mãe e/ou seu pai.

Cruzamos estas fontes, e as histórias começam a ganhar algum sentido, mas sabemos que suas histórias não acabam ali, nos registros de batismos, ou nos anúncios do jornal. Acontece que nossas fontes são demasiadamente limitadas e isso em algum momento nos impedirá de prosseguir rastreando essas pistas. Até aqui explicitamos as fontes e a metodologia que utilizaremos neste artigo. Trata-se do método indiciário. Inspiramos-nos num trabalho de Chalhoub, *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, de 1989. Ele interpreta o significado da liberdade para os cativos em processo de libertação, numa análise detalhada das ações cíveis de liberdade, processos criminais e jornais, realizando um trabalho minucioso de rastreamento das histórias de seus personagens, aplicando sua técnica de cruzamento das fontes. Nosso objeto de estudo, as mulheres escravas, está inserido em duas temáticas historiográficas: a história da escravidão e a história das mulheres. Assim sendo, organizamos nosso trabalho em função dessas temáticas historiográficas.

ESPAÇO, ESCRAVIDÃO E TRABALHO

Durante muito tempo a mulher - objeto e sujeito da História - foi silenciada nas pesquisas históricas. Não raro, esta foi percebida como vítima, passiva, sem autonomia e quando se tratava da mulher escrava esta situação se agravava. A partir da década de 1970 os debates a respeito da mulher ganharam amplitude com o feminismo e a discussão de gênero. Michelle Perrot, num trabalho sobre os excluídos da história, reflete sobre os poderes das mulheres e a contribuição do feminismo na legitimidade desses poderes. De acordo com a historiadora,

A pesquisa feminina recente por vezes contribuiu para essa reavaliação do poder das mulheres. Em sua vontade de superar o discurso miserabilista da opressão, de subverter o ponto de vista da dominação, ela procurou mostrar a presença, a ação das mulheres, a plenitude dos seus papéis, e mesmo a coerência de “cultura” e a existência dos seus poderes.¹

Essa autora enfatiza que a afirmação dos poderes das mulheres, luta política do feminismo, induziu a uma tendência de inversão na historiografia. A ascensão vitoriosa do matriarcado era uma das inversões. O tema, outrora silenciado, passa a ganhar destaque nas pesquisas dos historiadores. Essa inversão “corresponde sem dúvidas a uma fase de reavaliação eufórica da história das mulheres, e ao mesmo tempo à descoberta do prazer do convívio feminino.² A discussão de gênero também contribuiu para pôr fim ao silêncio das mulheres nas pesquisas históricas. Ela nasceu com o feminismo na década de 1970 teorizando o problema da diferença sexual. A historiografia passou a trabalhar novas temáticas, novas fontes, uma nova maneira de fazer História que permitem ao historiador perceber fontes ou métodos ainda não explorados, mas riquíssimos para a compreensão de muitos momentos históricos por elas vivenciados. Assim, o gênero ganha um novo vigor e refinamento em seus debates. O binarismo que colocava a mulher em oposição ao homem, com um sentimento de revanche, característica marcante do feminismo, não é compatível com a discussão de gênero. Rachel Soihet, em estudo sobre a história das mulheres, analisa a questão do gênero. De acordo com ela

O gênero se torna, inclusive, uma maneira de indicar as “construções sociais” _ a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis aos homens e as mulheres. “O gênero” sublinha também o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através de um estudo que os considere totalmente em separado.³

Nas últimas décadas, essas construções sociais, indicadas pela autora, vêm sendo evidenciadas num constante crescimento de estudos, bastante específicos, voltados para o papel social da mulher. O livro de Maria Odila Dias, *Quotidiano e Poder: em São Paulo no Século XIX*, está inserido neste conjunto de trabalhos historiográficos

que analisam as histórias das mulheres sob novas perspectivas. A partir de processos criminais, a autora reconstrói o cotidiano das mulheres pobres, livres ou escravas em São Paulo no Século XIX. No entanto, a historiadora não interpreta essas mulheres como simples vítimas dos homens ou da história. Pelo contrário, ela se refere a essas mulheres como construtoras de suas histórias, uma vez que as mesmas conquistaram sua sobrevivência e a de seus dependentes a partir de suas práticas de trabalhos informais e das relações que estabeleciam com a vizinhança.

De acordo com a autora, desde o período colonial, muitas mulheres garantiam sua sobrevivência e a de sua família com trabalhos informais. Essas atividades variavam de acordo com as especificidades dos lugares, suas necessidades e capacidades produtivas. As atividades informais estiveram presentes no cotidiano das mulheres escravas e livres pobres da cidade do Crato. A partir da relação de matrícula de escravos de 1872 anexada ao inventário *pos-mortem* de Jozé Geraldo da Cruz (a partir de 1871, a lei dizia que o proprietário devia registrar informações sobre seus escravos num livro de matrícula), podemos perceber algumas das atividades praticadas pelas escravas desse proprietário. Ele residia na cidade do Crato e possuía oito escravos. Desse total, seis eram mulheres: Izabel, de 44 anos, praticava a atividade de cozinhar; Maria, de 19 anos, tinha o ofício de rendeira; Felicidade, de 16 anos, e Rita de 17, praticavam a atividade de fiar; Raimunda, de 12 anos, não tinha um ofício definido. Os escravos, Sabine, de 21 anos e Thomás, de 20 anos, também não apresentam uma profissão definida, embora estivessem em idade produtiva. A escravinha de 5 anos de idade, cujo nome não foi possível identificar, estava fora da idade produtiva.⁴

A prática dessas atividades informais, de rendeira, fiandeira, cozinheira, como as profissões das escravas de Jozé Geraldo da Cruz, nem sempre aconteceu dentro da instituição da escravidão no Brasil. Aqui, a experiência do trabalho escravo começou com a mão de obra indígena, mas foi com o escravo exportado da África que o sistema escravista se estruturou. A escravidão já existia na África anterior ao comércio de escravos com a Europa, mas a estrutura social da escravidão na África se diferenciava da que havia na Europa. Um elemento fundamental que diferenciava essa escravidão era a sua relação com a terra. Diferentemente da Europa, na África a terra não era uma propriedade privada. Em um trabalho intitulado *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico 1400-1800* o africanista John Thornton analisa a estrutura social da escravidão na África e sua relação com a terra. De acordo com o autor

A escravidão era difundida na África atlântica porque os escravos eram a única forma de propriedade privada que produzia rendimentos reconhecida nas leis africanas. Em contraste, nos sistemas legais europeus a terra era

a principal forma de propriedade privada lucrativa, e a escravidão ocupava uma posição relativamente inferior.⁵

Legalmente, nos séculos XVI e XVII a terra não era uma propriedade privada na África. Para o autor esta constatação não significa uma baixa densidade populacional, inexistência de desigualdade social, ou atraso tecnológico da África, significa apenas que a África possuía uma estrutura social diferente da Europa. A instituição da escravidão foi a sua principal fonte de riqueza. Em grande parte isto se deve ao fato de ser o escravo, legalmente uma propriedade privada, e os investimentos terem se concentrado na posse de escravos. Estes foram utilizados na formação de exércitos, na função de funcionários do Estado e em outras funções de uso privado. Nesse caso, em certa medida é possível falar em mobilidade social. Algumas funções possibilitaram aos escravos acumular riquezas. O crescimento do comércio nessas sociedades africanas foi impulsionado pelo aumento da escravidão. Muitos escravos exerciam atividades relevantes para o desenvolvimento do comércio, trabalhavam na agricultura, no transporte de mercadorias e nas minas.

A escravidão já existia na África muito antes da América começar a comprar escravos no tráfico atlântico e foi esse comércio que intensificou a escravidão. Os primeiros grupos de escravos que vieram para o Brasil no século XVI, adquiridos no tráfico atlântico, foram trazidos para trabalhar na produção açucareira, nas atividades especializadas dos engenhos e no sistema de *plantation*. As dificuldades encontradas na escravização do indígena e o enriquecimento dos senhores de engenho impulsionaram a importação de escravos africanos em grande quantidade nas últimas décadas do século XVI, num quadro de crescimento ligeiro da economia açucareira. De acordo com Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein em *Escravidão no Brasil* “As décadas intermediárias do século XVII assistiram ao auge da predominância brasileira no mercado europeu do açúcar”.⁶

Nos séculos posteriores, XVII e XVIII, a compra de escravos africanos no tráfico atlântico teve um aumento impressionante. As atividades desempenhadas pelos cativos variavam de acordo com as especificidades dos lugares. Minas Gerais foi uma dessas localidades, apresentando uma realidade muito peculiar, seu crescimento e a compra de escravos estavam voltados para a atividade aurífera. O desejo de enriquecimento colaborou decididamente para o aumento da população das Minas Gerais, fazendo surgir a necessidade de outras atividades como agricultura e comércio. Num estudo sobre as mulheres nas Minas Gerais Luciano Figueiredo destaca as vendedoras de tabuleiro.

As vendas eram quase sempre o lar de mulheres forras (alforriadas) ou escravas que nelas trabalhavam no trato com o público. O destaque da presença feminina no comércio concentrava-se nas mulheres que eram chamadas de “negras de tabuleiro”. (...) A presença feminina foi sempre destacada no exercício do pequeno comércio em vilas e cidades do Brasil colonial.⁷

As escravas, negras de tabuleiro, são mencionadas com maior frequência em estudos sobre lugares que tiveram uma vida urbana mais intensa no período colonial e imperial. Os lugares mais recorrentes, da presença dessas negras no comércio informal, são Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Salvador. A cidade do Crato, mesmo no período imperial, não tinha uma vida urbana intensa. De acordo com informações obtidas no Mapa Estatístico da Província do Ceará de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, em meados do século XIX o Crato contava com uma população de 19.575 habitantes, desses, 18.184 eram livres. Neste período, havia no Crato 665 mulheres escravas e 726 escravos do sexo masculino, somando um total de 1.391 escravos⁸. Assim sendo, não podemos comparar a atividade comercial, formal ou informal, do Rio de Janeiro, Minas Gerais, ou Salvador à existente no Crato. Em parte, devido a sua pequena população, mas também por outros fatores, tais como atrativos econômicos discretos, distância geográfica da capital, etc. Mesmo assim, identificamos na cidade do Crato, o comércio informal e a venda de doces de tabuleiro. Irineu Pinheiro, num livro intitulado *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*, publicado em 1950, discorre acerca da preta Luciana, vendedora de doces de tabuleiros

Fabricava pães do reino, isto é, de trigo, entregues, de manhã cedo, às portas de sua freguesia, ainda quentinhos do forno. Quanto à siá Quininha, baixinha, alva, de olhos verdes e cabelos louros, vendia em sua casa, ou mandava oferecer nas ruas, em tabuleiros levados à cabeça da preta Luciana.⁹

Irineu Pinheiro foi um médico nascido na cidade do Crato que viveu entre os anos de 1881 a 1954 e dedicou parte de sua vida aos estudos da história do Cariri Cearense. Seus escritos muito têm contribuído para os trabalhos historiográficos sobre a cidade do Crato. A narrativa de Irineu Pinheiro pode dar a entender ao leitor que ele testemunhou aquela cena. Entretanto, sua narrativa foi construída a partir provavelmente de relatos da memória regional e dos documentos de época que ele examinou, como documentos de óbito, inventários e jornais. A descrição da cena, nos leva a construir a hipótese de que a preta Luciana, possivelmente escrava de ganho, era a única ou uma das poucas escravas de propriedade de sua senhora “siá Quininha”. Acreditamos que a proprietária, supondo que a preta Luciana fosse realmente escrava, dependia do comércio informal para a sua sobrevivência, ou para complementar a renda familiar. Mais

especificamente “siá Quininha” dependia dos rendimentos conseguidos pela preta Luciana com a venda de seus doces de tabuleiro, oferecidos nas ruas do Crato. O conhecimento dessas atividades praticadas pelas escravas adquire relevância nesta pesquisa, na medida em que esse conhecimento auxilia na compreensão e análise dos espaços ocupados pelas mulheres escravas.

Nossa proposta consiste em discutir esses espaços ocupados pelas mulheres escravas e suas tensões e conflitos para ocupá-los. Fazemos uso do conceito de espaço de Michel de Certeau, no livro intitulado *A invenção do cotidiano: Artes de Fazer*, publicado originalmente em 1980. O autor procura compreender as práticas culturais contemporâneas, sob um novo prisma, que não exclusivamente da elite, como produtora de cultura. Enfatiza, os “fracos”, as pessoas comuns. Certeau, trabalha teorias nas práticas cotidianas para entender as relações sociais. Analisa as artes de fazer das pessoas “ordinárias”, suas táticas, seus usos dos espaços, suas práticas, transgressões. Discute as apropriações que produtores de cultura, dão aos espaços ordenados, a invenção do cotidiano dessas pessoas comuns. De acordo com Michel de Certeau, “o espaço é um cruzamento de móveis. (...) O espaço estaria para o lugar como a palavra quando é falada (...) O espaço é um lugar praticado”.¹⁰

Na cidade do Crato, os lugares praticados pelas mulheres escravas, suas tensões e conflitos, estão diretamente relacionados às suas lutas pela liberdade, negociações da família escrava, às atividades que elas exerciam, suas relações de trabalho e relações sociais. O espaço da rua se apresenta como um dos lugares praticados por essas mulheres. Para Certeau, “um lugar é a ordem (...) Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade”.¹¹ A preta Luciana, possivelmente escrava, transforma os lugares da rua em espaços, na medida em que constrói significados para esses lugares ao interagir com a vida social e cultural por onde passa. Ali ela, a despeito de sua condição, informa-se de outras paragens, convive com seus pares, enfim, entranha-se no espaço. Afinal, a rua é o espaço da dinâmica no sentido dado por Michel de Certeau, que a entende como um lugar reesignificado pelos sujeitos que transformam essa rua, esse lugar, em um espaço. No Crato também era o espaço do rio um dos lugares praticados pelas escravas. Irineu Pinheiro relata mais uma cena de mulheres no trabalho, dedicadas à prática de lavar roupas e dos variados usos dados ao espaço do rio. De acordo com o autor é possível vê-las,

desde as primeiras horas do dia até a tarde, acoradas nas pedras do riozinho que passa pela localidade, a bater nas mesmas pedras as suas peças, a ensaboá-las, a fazê-las quarar (còrar) à margem do ribeiro.¹²

Nessa cena sobre as mulheres que praticavam a atividade de lavar roupas, podemos refletir sobre as relações entre pessoas de condições jurídicas diferentes, exercendo a mesma função no trabalho. Não eram apenas as escravas que lavavam roupas no rio da cidade, as mulheres forras e as mulheres livres e pobres também realizavam a mesma atividade. Nosso interesse neste artigo não é analisar a atividade de lavar roupas, mas antes, atentar para os usos e práticas das mulheres escravas, na cidade do Crato, na segunda metade do século XIX. Aqui, o rio pode ser interpretado por nós como um espaço de reesignificação. Um espaço de trabalho, a partir da prática de lavar roupas, das mulheres escravas, forras e livres pobres, e de sociabilidades, a partir das relações que essas mulheres construíam enquanto trabalhavam. Assim, o espaço do rio ganha novos significados, sendo possível pensá-lo, também, como um espaço de conflitos, pequenos conflitos que aparecem no cotidiano dessas mulheres, de condições jurídicas diferentes, e que fazem uso do rio. Esses conflitos envolvem, por exemplo, a disputa pelos melhores espaços da beira rio para lavar ou quorar as roupas. E, mais tarde, poderão ser alvo das interdições feitas pelos médicos, que propõem medidas higiênicas no combate às epidemias. Essas são conjecturas sobre uma cena que não está “dizendo tudo”. Os silêncios e as lacunas, poderão ser reveladores de tensões sociais que não são explicitadas numa primeira aproximação do historiador.

A análise, principalmente dos inventários, nos têm revelado pistas sobre as relações de trabalho no Crato. Identificar os filhos, genros, agregados, de maneira geral, descritos nos inventários, na condição de herdeiros, pode revelar a quantidade aproximada dos braços que realizavam o trabalho naquela família. O estudo dos bens arrolados nos inventários nos permite concluir que poucas pessoas na cidade do Crato, neste período, podiam ser chamadas de ricas. A maioria dos proprietários possuía um curto patrimônio, pouco valorizado, incluindo um pequeno plantel de escravos. Identificamos os bens do inventariado, os escravos, às vezes, as atividades realizadas pelos escravos, a quantidade de animais, de terras, as ferramentas de trabalho. Tudo isso ajuda a refletir sobre o mundo do trabalho na cidade. Acreditamos que a maioria dos proprietários de escravos do Crato também contava com a mão de obra de trabalhadores livres e forros, e/ou a sua própria mão de obra e a de sua família. Assim, trabalhamos com a hipótese de que no Crato escravos e livres, exerceram muitas vezes a mesma função, trabalhando lado a lado, no rio praticando a atividade de lavar roupas, nas plantações, nos engenhos, etc. Essas relações entre livres e escravos são marcadas por

tensões sociais. No jornal “O Araripe” percebemos indícios dessas tensões e disputas. Em Agosto de 1856, é publicado neste jornal o desabafo de um morador do Crato^b:

Povo! Vossos legisladores tirão nas villas e cidades o trabalho de vossas mãos e do vosso corpo para entregá-lo aos escravos dos ricos e poderosos, que assim roubão, e as vezes com que devieis cobrir vosso corpo, e dos vossos filhos que gritam com fome.¹³

Essa passagem nos inspira duas observações: A primeira está relacionada com o desemprego de pessoas livres pobres na cidade. Essa realidade contribuía para que as pessoas livres pobres se submetessem às mesmas atividades desempenhadas pelos escravos, mesmo os serviços mais pesados e degradantes. A segunda indica tensões cotidianas entre livres e escravos. O apelo e sentimento de desagrado de um homem livre pobre que disputa o trabalho para o sustento da família com a mão de obra escrava é publicado nas páginas de “O Araripe”, revelando-nos conflitos cotidianos entre escravos e livres.

ESTRATÉGIAS DE VIDA E DE LIBERDADE

A busca pela liberdade, fosse através de uma luta jurídica ou de uma fuga, também configurava-se em momentos conflituosos para os escravos. Na cidade do Crato a escrava Theresa não se fez de rogada e em dezenove de julho de 1856 foi anunciada sua fuga no jornal “O Araripe”. A cativa era propriedade de João Paulo da Silva Correia. Para facilitar a captura dos escravos, os proprietários descreviam as características físicas dos escravos: Theresa tinha entre vinte a vinte cinco anos e apresentava no corpo uma cicatriz de queimadura de fogo. Não podemos afirmar em que situação a escrava adquiriu esta cicatriz, mas eram recorrentes as descrições de marcas nos corpos dos escravos, anunciados no jornal “O Araripe”, indicativas de possíveis castigos. Silvia Hunold Lara no livro *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750 – 1808* reflete acerca dos castigos recebidos pelos escravos no período colonial. De acordo com a autora “o castigo reconhecido socialmente era, pois, um castigo justo e corretivo”.¹⁴ A historiadora questiona se os castigos eram realmente medidos e regrados e discorre sobre diversos instrumentos utilizados nos castigos dos escravos, como correntes de ferro, gargalheiras, máscaras de folha de flandres, chicotes, ferros quentes, troncos de madeira, etc.. Mas a fuga do escravo era considerada socialmente um dos motivos justos para o castigo. Assim, uma fuga fracassada podia significar um momento de muita tensão para o escravo fugido. A fúria do proprietário, com a perda do

^b Obs.: Todas as transcrições utilizadas neste artigo foram realizadas na íntegra, respeitando a ortografia do século XIX.

patrimônio, somada à captura de seu escravo, podia render em cenas de muita violência contra o cativo. Fugir significava lutar pela liberdade, mas também significava arriscar-se a ser severamente punido. O documento indica que Theresa fugiu do Sítio Taboleiro, distrito de Brejo Grande, pertencentes à cidade do Crato, e que Calisto, preto de dezesseis anos, escravo do mesmo senhor fugiu no mesmo dia. Possivelmente planejaram juntos a fuga. A partir daqui, perdemos de vista as histórias de Theresa e Calisto. Não sabemos dizer se essa era a primeira tentativa de fuga desses cativos, e se foi bem sucedida. O certo é que o proprietário deles, o Senhor João Paulo da Silva Correia, estava empenhado em recuperar seu patrimônio e garantiu pagar generosamente pela captura de Theresa e Calisto.¹⁵

Os castigos exemplares foram usados para controlar os escravos, punir os cativos capturados nas fugas e, principalmente, servir de exemplo, evitando a fuga de outros escravos. O castigo foi, apenas, uma das maneiras utilizadas pelos senhores para controlar os cativos, outra foi a família escrava, que teve significados completamente diferentes para os proprietários e para os escravos. Para os senhores permitir, e muitas vezes estimular, o casamento entre escravos significou, em certas realidades, a diminuição das fugas dos cativos, de acordo com Sheila Faria no livro *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano*, a família escrava, significava para os senhores “deixar o escravo no meio da parentela, para melhor fixá-lo e controlá-lo”.¹⁶ A família teve outros significados para os escravos. A autora menciona que “ao se casar, o escravo e, mesmo, seus descendentes, tinham em vista objetivos específicos, (...) buscavam um reconhecimento social.”¹⁷

A LIBERDADE E A FAMÍLIA ESCRAVA EM NEGOCIAÇÃO

Um dos primeiros historiadores que problematizaram criticamente a história da família escrava no Brasil foi Robert Slenes, que lançou mão de métodos demográficos e documentos paroquiais, demonstrando quantitativa e qualitativamente, que a vida íntima do escravo não se resumia a perversões, mas que mesmo diante de empecilhos postos pelo sistema escravista, conseguiam muitas vezes formar família. Estudar a família escrava a partir dessas novas perspectivas significa analisar um mundo que vai além daquele do trabalho, no qual os homens negros eram circunscritos pela historiografia tradicional, é perceber os enredos do amor, do ódio, dos laços de amizade, dos relacionamentos negociados, vivendo sob a tensão da permanente ameaça da separação de parentes.

Até o final da década de 1860 e início de 1870, eram muito grandes as dificuldades que impediam as famílias escravas de permanecer unidas. Não havia uma lei que garantisse os direitos da família escrava. Com a aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871, os proprietários de escravos passam a ter o dever legal de manter as famílias unidas, em caso de venda, partilha de bens, execuções de hipotecas e situações semelhantes. A Lei do Ventre Livre concedia a liberdade das crianças que nascessem a partir daquela data. No entanto, os filhos de escravas nascidos após a lei deveriam ficar sob a guarda do Estado ou do proprietário da mãe, até atingir a maioridade, os 21 anos. O leitor atento pode questionar: se a lei é do ano de 1871, sendo necessário esperar 21 anos para essas crianças conquistarem a liberdade e em 1888 ocorrera a abolição (ou seja: nenhuma criança nascida após a lei do ventre livre teria alcançado a idade de 21 anos), teve a lei algum efeito prático no processo de liberdade dos escravos? O historiador Sidney Chalhoub em *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte* analisa a ideologia da alforria e suas transformações na corte na segunda metade do século XIX, de acordo com o autor é possível interpretar essa lei “como exemplo de uma lei cujas disposições mais essenciais foram ‘arrancadas’ pelos escravos às classes proprietárias”.¹⁸ A lei não tratava apenas da libertação das crianças nascidas a partir daquela data, mas também de um reconhecimento legal de vários direitos que esses escravos já vinham adquirindo por meio do costume, de suas lutas cotidianas, a não separação da família, o direito ao pecúlio e à auto compra também conhecida como alforria por indenização. Chalhoub, num trabalho minucioso de rastreamento de suas fontes, considerando que a lei foi uma conquista dos escravos, demonstra que esses escravos souberam utilizar a lei como um instrumento de luta. Para o autor o direito foi uma arena decisiva na luta pelo fim da escravidão.¹⁹ Na cidade do Crato a escrava Andreza, de mais de vinte anos, soube fazer uso dessa lei em função de sua liberdade. Numa petição autuada em quatorze de abril de 1883 a suplicante Andreza, amparada pela da Lei do Ventre Livre, solicita a sua carta de liberdade ao suplicado, seu proprietário, José de Souza Rolim. De acordo com o documento seu senhor havia lhe prometido a sua carta de alforria, pelo valor de oitenta mil reis, quantia em que tinha sido avaliava, mas ele desistiu do acordo. Antes de pertencer a José de Souza Rolim, Andreza foi propriedade de José Manoel d’ Assumpção Façanha, que penhorou a escrava, provisoriamente, a José de Souza Rolim, para pagamento de contas. Como se sabe,

os cativos não podiam tentar nada sem o auxílio de um homem livre, pois não tinham direitos civis e logo estavam legalmente incapacitados de agir judicialmente sem a presença de um curador”.²⁰

Assim Andreza foi representada pelo seu curador, homem livre, e seu ex-proprietário o Senhor José Manoel d' Assumpção Façanha e em conformidade com o artigo 4º e o parágrafo 2º da Lei N° 2040 de 28- 09- 1871, a Lei do Ventre Livre que diz:

(artigo 4º) É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O govêrno providenciará nos regulamentos sôbre a colocação e segurança do mesmo pecúlio. (parágrafo 2º) O escravo que, por meio de seu pecúlio, obtiver meios para indenização de seu valor, tem direito à alforria. Se a indenização não for fixada por acordo, o será por arbitramento. Nas vendas judiciais ou nos inventários o preço da alforria será o da avaliação.²¹

Andreza foi vitoriosa em sua ação e, no mesmo ano de 1883, seu proprietário José de Souza Rolim expediu sua carta de liberdade.²² A luta pela liberdade na justiça também trazia tensões para os escravos. Aqueles que perdiam a ação e voltavam para o cativeiro do proprietário, viviam sob o medo de serem punidos com violência. Andreza conquistou sua alforria, não tendo que voltar para o cativeiro de seu proprietário, evitou assim, ser castigada por lutar pela sua liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa abordagem que se insere no campo da história social das mulheres escravas, este artigo buscou discutir as temáticas historiográficas da história da escravidão e da história das mulheres, articulando-as com nossas fontes e objeto de pesquisa: as mulheres escravas na cidade do Crato na segunda metade do século XIX.

Identificamos e analisamos algumas atividades praticadas pelas mulheres escravas, Rita, Luciana, Felicidade, etc., na cidade do Crato: vendiam doces, lavavam roupas, cozinhavam, fiavam, faziam renda, trabalhavam nas roças, ordenhavam vacas, engomavam, costuravam e faziam o serviço de casa. Apontamos para as possíveis tensões nas relações de trabalho entre livres e escravos exercendo as mesmas funções e refletimos sobre os espaços ocupados por elas, como o rio e a rua.

Em suma, reconstituímos alguns fragmentos de histórias de mulheres escravas: Andreza que utilizou os caminhos da lei para lutar pela sua liberdade e amparada pela Lei do Ventre Livre, conquistou sua carta de alforria num processo cível, movido contra seu proprietário; Theresa que buscou sua liberdade fugindo da propriedade de seu senhor. Rastreamos as estratégias de vida dessas mulheres escravas.

Discutimos acerca das tensões vivenciadas pelas escravas em momentos de catigos, captura de fugas e em processos de liberdade. Nosso intuito não foi elaborar

conclusões acerca de nosso objeto de estudo, mas antes apontar para algumas de nossas fontes e problematizá-las.

REFERÊNCIAS

- ¹PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.169-170.
- ² PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 172.
- ³ SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In. CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 1997, p. 279.
- ⁴ Fonte: Documento da caixa 11 (relação de matrícula de escravos de inventário de 1872 de Jozé Geraldo da Cruz, residente do Crato). Caixa 11. Acervo do CDOC . (Centro de Documentação do Cariri)
- ⁵ THORNTON, John Kelly. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400- 1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p.125.
- ⁶ LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S.. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2010,p. 40.
- ⁷ FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In. DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p.145.
- ⁸ BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Tomo I. Edição fac-similar (1863). Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997, p. 297.
- ⁹ PINHEIRO, Irineu. *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1950, p. 204.
- ¹⁰ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de Fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p.202.
- ¹¹CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de Fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p.201.
- ¹² PINHEIRO, Irineu. *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1950, p. 119.
- ¹³ Fonte: jornal cratense “O Araripe”, de 16- 08- 1856. Nº 53. Pág. 01. Acervo da Biblioteca Pública Meneses Pimentel (Fortaleza/Ce).
- ¹⁴LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750 – 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.59.
- ¹⁵ Fonte: jornal cratense “O Araripe”, de 19- 07- 1856. Nº 53. Pág. 04. Acervo da Biblioteca Pública Meneses Pimentel (Fortaleza/Ce).
- ¹⁶ FARIA, Sheila de. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.338.
- ¹⁷ FARIA, Sheila de. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.338.
- ¹⁸ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas na escravidão da corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 27.
- ¹⁹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas na escravidão da corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 173.
- ²⁰CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas na escravidão da corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 108- 109.
- ²¹ Texto integral do artigo 4º e o parágrafo 2º da Lei Nº 2040 de 28- 09- 1871, Lei do Ventre Livre. Fonte: Acervo: Biblioteca Nacional do Brasil. Tipo de suporte original. Periódico: Direitos Autorais Fundação Biblioteca Nacional Localização original Periódicos 2-085,03,12.
- ²² Fonte: Petição do ano de 1883 (Processo Civil). Documento da caixa II, pasta 34 Acervo do (Centro de Documentação do Cariri) CDOC.